

CONSELHO POPULAR DE SAÚDE DE PERUS

São Paulo, 17 de dezembro de 2010

Ao Ministério Público do Estado de São Paulo
Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – Saúde Pública
Dr^a Ana Lucia Menezes Vieira – Promotora de Justiça

Nós, membros do Conselho Popular de Saúde de Perus, em reunião extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2010, apontamos as seguintes prioridades para a área da Saúde da Região Pirituba/Perus:

- 1) Abrir contrato de emergência para todas as unidades de saúde que estão com a TLP – Tabela de Lotação de Pessoal – incompleta para completar o quadro de funcionários (médicos, enfermeiros, auxiliares/ATAS entre outros) enquanto se prepara a abertura de concurso público para a efetivação dos profissionais no ano de 2011;
- 2) Resolubilidade: Reorganização do Plano de Trabalho (Protocolo). Devido aos vários tipos de contrato – Administração Direta, O.S., UNIFESP, o usuário procura o atendimento no Pronto Socorro ou na A.M.A. e é encaminhado para a UBS. Devido à falta de profissionais na UBS o usuário não consegue atendimento.
Propomos que a Secretaria Municipal de Saúde reorganize o Plano de Trabalho (Protocolo) até que a TLP esteja completa, a fim de que o usuário tenha garantido o atendimento com resolubilidade, sem encaminhamentos desnecessários. Com essa reorganização proposta, pretende-se que todos os atendimentos possam ser resolvidos na unidade mais próxima do usuário, evitando que ele seja encaminhado desnecessariamente “de um lado para o outro”, com a seguinte afirmação: “esse tipo de atendimento não é possível nesta unidade”. Certos atendimentos são possíveis sem prejudicar o bom atendimento do usuário;
- 3) Saúde da Mulher: Garantia de atendimento às mulheres com consultas no médico Ginecologista, com direito a todos os exames complementares, entre eles mamografia. O que está acontecendo é que a mulher faz o exame de Papanicolaou (em programas de mutirão), mas não tem garantido o acesso ao médico Ginecologista para os exames complementares.
Devido à falta desses profissionais a prioridade é o atendimento das gestantes. Na UBS Perus a TLP é de 6 ginecologistas, mas temos apenas 2 profissionais. Pedimos que seja cumprido o protocolo de Prevenção da Saúde da Mulher;
- 4) Saúde Mental: Garantia de atendimento aos usuários da Casa Viva - Saúde Mental: atualmente a unidade conta apenas com uma psiquiatra, que no mês de novembro/2010 saiu de férias, sem que fosse nomeado substituto; assim, naquele mês a unidade ficou sem o atendimento profissional, causando grandes transtornos à população usuária. Requeremos que a SMS tome providências em caráter de urgência, pois mesmo ciente do problema há meses, nada fez para minimizar o problema da população;
- 5) Plano de cargos e salários para os funcionários da rede pública (Administração Direta): Remuneração justa para todos os trabalhadores da área da saúde. Devido aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho muitos profissionais migram para outras unidades. Propomos que a SMS invista nas Unidades públicas, valorizando o profissional, para que este se fixe na unidade, garantindo ao usuário continuidade no atendimento e

CONSELHO POPULAR DE SAÚDE DE PERUS

atenção básica, melhorando as condições de atendimento à população. Se não houver um investimento por parte da SMS não conseguiremos os profissionais, visto que os salários são muito baixos;

- 6) Investimento por parte da SMS na atenção básica, porta de entrada do usuário. Muitos usuários, após consultas no AMA e Pronto-Socorro, não conseguem atendimento na UBS devido à falta de profissionais, e não conseguem encaminhamento para as especialidades médicas, pois o encaminhamento deve ser feito pelo médico da UBS. Requeremos que a SMS garanta o atendimento de referência e contra-referência para todos os usuários, e a construção de novas Unidades Básicas de Saúde, na proporção preconizada pela Organização Mundial de Saúde, ou seja, 1 unidade a cada 25 mil habitantes, garantindo assim a prevenção das doenças;
- 7) Melhoria e adequação do espaço físico das unidades de saúde:
 - **Ambulatório de Especialidades de Perus (anexo Pronto Socorro de Perus)**: o espaço físico é inadequado; existe apenas um banheiro para atender homens e mulheres, e o local é insalubre: precisamos de uma fiscalização da Vigilância Sanitária ou outro órgão competente;
 - **Pronto Socorro de Perus**: estava prevista uma reforma desde 2002 e até a presente data só foi feito 1/3 da reforma. Já existe o projeto, mas a verba não foi liberada;
 - **Unidade Básica de Saúde de Perus**: é necessária a adequação do prédio para melhoria do atendimento, entre eles a sala de vacina;
 - **Unidade de Saúde Mental – Casa Viva**: o atual espaço é inadequado e sem acessibilidade, precisando ser reformado;
 - **Programa de Saúde da Família – Caiúba**: há necessidade de contratação das 6 equipes do Programa de Saúde da Família e inauguração da unidade, e de compra de equipamentos para atender também a saúde bucal.
- 8) Por fim, solicitamos ao Ministério Público que encaminhe aos órgãos competentes pedido de fiscalização na unidade de Saúde PSF Caiúba. Essa unidade teve o início de suas obras em 2008, com entrega prevista para dezembro de 2009, mas até a presente data não foi inaugurada. Ademais, na visita dos usuários nessa unidade foram encontradas muitas irregularidades na construção, como rachaduras e infiltrações. A SMS teve conhecimento de todas essas irregularidades e a partir daí acompanhou a reforma da unidade. Isso aumentou ainda mais a demora na entrega, e acarretou novos gastos para a SMS. Pedimos que todos os prejuízos causados, tanto os financeiros quanto a demora na entrega dessa unidade – que já deixou de atender por um ano à população, e continua sem ter sido inaugurada – sejam avaliados, e que os responsáveis sejam compelidos a ressarcir esses danos causados à coletividade.

Agradecemos ao Ministério Público pela atenção e acolhimento deste pleito, lamentando que o que relatamos é uma realidade não somente da nossa região, mas de todo o Município de São Paulo.

Atenciosamente

Conselho Popular de Saúde de Perus